

# EUROPA

## Acordo da PAC quase fechado

### Capoulas Santos

Não foi ainda sob presidência irlandesa do Conselho que se fechou a negociação sobre a Reforma da PAC para 2014/20, apesar dos esforços do Ministro irlandês para fazer crer que um acordo global havia sido conseguido.

O acordo a que Comissão Europeia, Conselho e Parlamento chegaram no passado dia 27 de junho, não foi, afinal, mais do que um quase acordo, após um processo decisório que já leva quase 2 anos de discussões e que se intensificou nas últimas semanas, com centenas de horas de reuniões divididas por cerca de meia centena de "Trílogos".

Refiro um "quase acordo" porque, não obstante todas as regras de aplicação contidas em centenas de páginas de articulado terem sido acordadas, 5 questões nada irrelevantes ficaram ainda por resolver devido à teimosia do Conselho: 1. A fórmula de cálculo para a repartição dos envelopes financeiros por Estado-membro, para o I Pilar da PAC, que é 100% financiado pela UE e que representa para Portugal cerca de 550 milhões de euros por ano, 2. Idem para o II Pilar que é parcialmente financiado pela UE e que representa também para Portugal mais de 500 milhões de euros por ano, 3. As taxas de cofinanciamento deste II Pilar, donde depende, por consequência, um maior ou menor esforço do orçamento nacional, 4. As percentagens dos montantes que um Estado membro pode transferir de um para o outro Pilar, que tem também repercussões no orçamento nacional, e 5. A fixação ou não de limites máximos e de reduções de montantes de subsídios aos agricultores maiores beneficiários. O PE defende um tecto máximo de 300 mil euros por agricultor e o Conselho é contra o estabelecimento de qualquer limite.

A razão da ausência de acordo nestas matérias deveu-se ao facto da presidência irlandesa, corroborada por todos os ministros da agricultura, considerar que a sede competente para decidir sobre estas questões deveria ser o Conselho Europeu (Chefes de Estado e de Governo), enquanto eu próprio, enquanto Relator do PE para os principais Regulamentos, investido pelo parlamento com mandato para negociar estas matérias, sempre considerei que, à luz do Tratado de Lisboa, é o Conselho Agrícola o local próprio de negociação e decisão sobre estes temas. Mantive, assim, durante vários meses, com o Ministro da Agricultura irlandês,



que assegurou este semestre a presidência do Conselho Agrícola, um "braço de ferro" desnecessário que só foi decidido a meu favor, com a decisão do Conselho Europeu de 28/6, no fecho do acordo inter-institucional sobre o Quadro Financeiro Plurianual, de remeter para a esfera agrícola a codecisão sobre estas questões. A renegociação destas matérias, recomeçou, a partir de 1 de julho, sob presidência lituana do Conselho.

E não se trata de questões menores para Portugal, uma vez que a fórmula de cálculo defendida unanimemente pelo Conselho, logo com o apoio do nosso próprio governo (?), faz com que, no II Pilar, isto é, no Desenvolvimento Rural, onde estão contidos, entre outros, os apoios para o investimento, nas explorações agrícolas, na agroindústria, nos regadios, nas florestas e noutras infraestruturas, etc..., Portugal perca cerca de 600 milhões de euros face ao período de programação anterior. Por outro lado, a França, que recebe da PAC mais do que 18 Estados-membros no seu

conjunto, verá o seu envelope nacional do II Pilar reforçado em cerca de 1100 milhões de euros para o mesmo período, sem que o Conselho aceite sequer explicar que critérios foram utilizados para chegar a este resultado.

Se nenhum outro mérito tiver a minha intransigência ao não aceitar subscrever as posições do Conselho e de forçar a continuação da negociação, ela irá, ao menos, obrigar a que os critérios do Conselho sejam conhecidos. Mas, estou certo que, no pacote que falta negociar, Portugal pode ver ainda a sua posição melhorada no quadro do compromisso a que será necessário chegar para o quinteto de questões referidas. Quanto à parte da PAC que foi objeto de acordo, ela é francamente positiva para a Europa, para os agricultores, para os consumidores e para os cidadãos em geral, e também, obviamente, para Portugal.

Teremos uma PAC mais "verde" e uma agricultura mais sustentável, uma vez que os pagamentos diretos ficarão condicionados pelo cumprimento de práticas

agrícolas amigas do ambiente, as chamadas medidas de "greening", concebidas de forma a conciliar a mais valia ambiental com a competitividade do sector. Teremos também uma PAC mais justa, uma vez que haverá, ainda que modesta, uma maior aproximação do valor médio das ajudas por hectare entre Estados-membros, e mais equitativa também entre agricultores, tendo em conta que, até 2020, será aplicado um mecanismo de convergência que transferirá uma percentagem das ajudas diretas dos agricultores que recebem valores acima da média nacional para aqueles que estão abaixo dessa média, de forma a que, pelo menos, ninguém fique abaixo dos 60% da média, mas que ninguém veja também o seu nível de ajudas reduzido em mais de 30%. A possibilidade dos Estados-membros majorarem até mais 65% os primeiros 30ha, no caso de Portugal, ficou igualmente contemplada, de forma a beneficiar de forma acrescida a pequena agricultura.

Haverá ainda um regime simplificado e financeiramente mais benéfico para os pequenos agricultores e apoios mais alargados para os jovens agricultores, traduzidos numa majoração de 25% das ajudas diretas até um determinado limite de área. É ainda introduzido o cofinanciamento comunitário para os sistemas de seguros agrícolas e de fundos mútuos, para acorrer a situações de catástrofes naturais, incluindo incêndios florestais, ou de doenças de plantas e de animais.

No final deste primeiro "round" negocial, sinto uma grande satisfação pessoal por uma boa parte do compromisso final, nas questões mais relevantes, refletir propostas da minha autoria que o PE já havia incorporado no mandato negocial que me conferiu, como sejam os casos da "convergência interna", do "greening" ou da reintrodução do financiamento comunitário para novos regadios.

Nada porém estará adquirido até que tudo esteja negociado. Depois de concluída a negociação das questões ainda pendentes, o PE terá ainda de a confirmar na Comissão de Agricultura e no plenário, o que não acontecerá antes do final de outubro. Quando o processo terminar, esta terá sido a primeira reforma decidida em codecisão envolvendo o Parlamento Europeu, tal como o determina o Tratado de Lisboa. Não tenho qualquer dúvida de que, sem codecisão, a parte PAC já acordada seria bem pior para Portugal. Gostaria de poder dizer o mesmo quando fizer o balanço da negociação da parte que falta.

# É preciso mudar

## Edite Estrela

Inevitável. Como não falar da crise política da exclusiva responsabilidade do governo? Parece que estamos a assistir a um filme de humor negro com guião escrito a quatro mãos: Vítor Gaspar, Paulo Portas, Passos Coelho e Cavaco Silva.

Vivemos tempos difíceis. Por isso, mais do que nunca, precisamos de governantes competentes e com sentido de Estado, qualidades que os líderes dos partidos da coligação governamental provaram não ter. As infantilidades de Paulo Portas e Passos Coelho já custaram muitos milhões de euros ao país, que as vítimas do costume, os contribuintes, vão ter de suportar. A política de austeridade lançou Portugal em recessão económica e destruiu centenas de milhares de empregos. As consequências das medidas de austeridade ditadas pela troika e aumentadas pelo governo, que quis ir além da troika, estão à vista. Estudos revelam que um quarto da população está em situação de pobreza. Os jovens licenciados, em quem o país muito investiu, emigram. Entre 2011 e 2012, o país perdeu 55000 pessoas. Portugal perde os seus melhores quadros e fica mais envelhecido: 131 idosos para 100 jovens. As famílias gastam 96% dos rendimentos só para pagar empréstimos; mais de 1/5



das famílias é atingido pelo desemprego (quase um milhão de inscritos no IEFPP); 5% dos que trabalham não conseguem pagar as contas; a incerteza do futuro leva todos a cortarem nos bens essenciais e na saúde: 16% dos idosos não cumprem as prescrições médicas por falta de dinheiro para os remédios; e o mesmo acontece com os doentes crónicos. Ora, o "brutal" aumento dos impostos, decretado por Passos Coelho e Vítor Gaspar, devia servir para custear os serviços públicos de saúde e educação e não para meter nos bolsos dos especuladores. É este o resultado de dois anos de governação PSD/CDS. Portugal está hoje pior que antes do pedido de res-

gate. A carta de demissão de Vítor Gaspar é a prova disso. Ele demitiu-se porque sabe que, por causa do fracasso da sua política, Portugal não consegue evitar um segundo resgate. E Paulo Portas quis aproveitar a oportunidade para se esquivar a apresentar a reforma do Estado. O já desacreditado governo ficou, agora, mais fragilizado ainda.

As políticas de austeridade vão deixar marcas profundas e estragos que demorarão muito tempo a ultrapassar. Por isso, é preciso mudar de políticas e de protagonistas. Quanto mais tempo durar este governo, pior. Mesmo que tentem colar os cacos para artificialmente transmitirem

uma imagem de coesão e estabilidade, as fissuras são de tal ordem que rapidamente vai ruir. Devolver a palavra aos portugueses é a solução, tudo o mais é aumentar o problema. Portugal tem de seguir outro caminho.

Há muito que o PS defende que a saída da crise passa por uma resposta articulada e coerente ao nível nacional e ao nível europeu e apresentou uma via alternativa assente no crescimento económico. Esta via alternativa vai fazendo o seu caminho, como se viu com a recente aprovação pela Assembleia da República de oito das dez propostas concretas que o PS apresentou para promover o crescimento e o emprego. Pena que a maioria PSD-CDS/PP não tenha aprovado também a redução do IVA na restauração. É tempo de Portugal deixar de ser bom aluno da troika e passar a ser um bom negociador. Portugal precisa de um governo determinado e não submisso e que aproveite o facto de os responsáveis políticos da troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) precisarem de um caso de sucesso para salvar a face. Estar sob assistência financeira não significa ficarmos reféns da vontade dos outros, abdicando da nossa. A crise não é uma catástrofe e a austeridade não é uma inevitabilidade.

## Há uma alternativa progressista

## Elisa Ferreira

A gestão da agenda europeia durante esta crise está a ser desastrosa. E é um completo equívoco argumentar que a Comissão Europeia (CE) apenas agiu enquanto órgão técnico, depurado de qualquer conotação ideológica ou política. Será que não havia outras soluções, será que não haverá mesmo alternativa? Os factos mostram que, antes e durante a crise, o Grupo Socialista no Parlamento Europeu defendeu uma agenda diferente mas que não tinha a força de um mandato dos eleitores para a fazer vingar.

Senão vejamos:

- Quando as tensões se acumulavam nos mercados financeiros, defendemos uma supervisão europeia e uma regulação internacional, assim como um combate sério à fraude e evasão fiscal e à vergonha dos paraísos fiscais; as forças neoliberais dominantes impuseram a tese de que os mercados não devem ser regulados e de que a concorrência fiscal deve ser protegida e estimulada, enquanto a CE se manteve apática até que a dimensão da crise a veio a obrigar a alguma ação.
- Quando os bancos começaram a soçorbar, defendemos a criação de legislação europeia que concentrasse as perdas nos acionistas e as intervenções num fundo europeu financiado pelos próprios bancos; as forças neoliberais dominantes decidiram que cabia aos contribuintes de cada país salvar os acionistas dos respetivos bancos, mesmo quando o peso do naufrago ameaçasse o afogamento do salvador, enquanto



a CE ficou expectante até que agora, tardiamente, arriscou alguma propositura.

- Quando a recessão começou a atingir as economias mais frágeis, defendemos que a Zona Euro não poderia viver sem um instrumento anti-cíclico que relançasse a economia em fases de abrandamento, sem novas competências para o BCE e um orçamento europeu mais robusto; as forças neoliberais dominantes insistiram em responsabilizar cada Estado pela sua própria política de relançamento.

- Quando, na sequência dessas intervenções, os Estados mais frágeis apresentaram sinais de sobre-endividamento e algumas dívidas soberanas ficaram sob ataque dos especuladores, defendemos uma salvaguarda comum da dívida pública denominada em euros por via de euro-obrigações ou de um fundo de amortização; as forças neoliberais dominantes explicaram que os défices e a dívida eram filhos da preguiça

(como os excedentes da virtude) e que só uma cura de austeridade seria redentora.

- Quando todos os países decidiram adotar uma austeridade sincronizada e a recessão e o desemprego se instalaram na periferia sul da Europa, defendemos que a CE recomendasse aos países excedentários que libertassem a sua procura interna, que promovesse iniciativas visando o investimento e o emprego, que não contribuísse para matar o investimento público estratégico com as regras da disciplina orçamental e que lançasse um pilar social de nível europeu, incluindo um apoio ativo ao emprego jovem com caráter de emergência; as forças neoliberais dominantes reforçaram as sanções aos países por incumprimento do défice e da dívida em nome de uma "governança económica" e continuaram a levantar obstáculos de todo o tipo á concretização de qualquer componente de uma agenda progressista.

Neste quadro, é vã a esperança de uma aprendizagem com os erros e consequente reparação. Mesmo quando o mentor do "melhor aluno" desta escola e um dos seus mais convictos apóstolos e praticantes – Vítor Gaspar – faz, à saída de funções, um ato de contrição claro: "O incumprimento dos limites originais do programa para o défice e a dívida, em 2012 e 2013, foi determinado por uma queda muito substancial da procura interna e por uma alteração da sua composição que provocaram uma quebra muito forte nas receitas tributárias. A repetição destes desvios minou a minha credibilidade enquanto Ministro das Finanças." Mas teriam sido precisos dois anos de experimentalismo, com tanto sofrimento e destruição, para se chegar à conclusão elementar de que – num país que passou a viver de um mercado interno pobre e artificialmente estimulado pelo crédito – esmagar abruptamente salários e pensões e destruir qualquer visão de futuro não estimula as exportações, antes provoca a retração violenta da procura, do investimento e do crédito e desencadeia falências e desemprego incontroláveis? A "receita" não mudou nem dá sinais de ir mudar... Portugal desfaz-se em contradições e confusões politiqueras às mãos de uma ideologia que impera, sob as mais diversas formas concretas, nas principais instituições europeias (Conselho, Comissão e Parlamento Europeu). Existe uma agenda europeia alternativa mas, em democracia, ela tem de ser sufragada pelos eleitores – veremos o que eles dirão se e quando forem chamados a votar...

## O despertar do PSE



**António  
Correia de  
Campos**

Depois de alguns anos de hibernação, de onde em onde com fugazes e frágeis respostas à direita que controla a Europa, o PSE parece ter acordado, sacudido a juba e prepara-se para soltar alguns roncões premonitórios. Na verdade, a menos de um ano de eleições europeias, já se fazia tarde.

Deixámos que a direita tomasse conta da Europa pela maioria eleitoral no Conselho de Chefes de Estado e de Governo, por maiorias não eleitorais na Comissão e pela designação de uma presidência de Conselho Europeu totalmente controlada pela direita. A Comissão é tão à direita que alguns comissários centristas, em privado, pediam a alguns de nós, socialistas, que chamássemos à pedra colegas seus indicados por governos ditos de esquerda.

A esquerda só se fazia ouvir no Parlamento. Valeu-nos o facto de o PPE não

dispor de maioria absoluta, o que implica um esforço negocial que impediu soluções hegemónicas de forte cariz conservador. Foi assim que se conseguiu reduzir as malformações congénitas de algumas propostas legislativas da Comissão e do Conselho, como as relativas ao Six Pack e ao Two Pack, bem como toda a inicialmente punitiva legislação do Semestre Europeu. Claro que se trata de legislação geneticamente conservadora e castigadora dos supostos desvarios financeiros dos povos do Sul. Mas a poda e a empa que se lhes conseguiu aplicar mudaram-nas consideravelmente.

O expoente máximo deste conservadorismo de retórica balbuciente e aparentemente tímida é o Sr. Olli Rehn. Com o tom monocórdico de sempre, profere as declarações mais espantosas, eivadas de gélida superioridade nortista. Durante meses pensava-se que o Sr. Rehn era um imenso talento, um economista sólido, um financista frio, silencioso, mas exemplar. O tempo e o sofrimento de Gregos, Irlandeses e Portugueses tem-se encarregado de o reduzir a uma

incompetência mediana. As medidas que propõe e as previsões que antecipa falharam rotundamente e fazem alastrar a crise aos países ditos de economia sólida, como o seu país de origem, a Finlândia, os Países Baixos e a própria Alemanha. Se não estivessemos a três meses de eleições na Alemanha e a menos de um ano das Europeias, das quais surgirá novo Parlamento, um Presidente de Comissão e uma Comissão nova ou renovada, ainda iríamos assistir ao declínio e queda dos Olli Rehn deste mundo, por mera eugenia.

Perguntar-se-á, então, por que razão os ministros de países sob intervenção tantas vezes aparecem sorrindo fotografados ao pé dos países interventores. Simples atração da vítima pelo algoz, uma história de séculos. Deixemos as interpretações psicanalíticas.

Pois bem. O nosso Partido Socialista Europeu parece agora ter espaço de manobra e demonstra não estar a dormir. A reunião de coordenadores nacionais, realizada em Sófia, no fim de junho e a conferência sobre a Economia Progres-

sista, levada a cabo pelo PS, pela Delegação Parlamentar Socialista Portuguesa e pelo PSE, em Lisboa, no início de julho, foram dois exemplos práticos de que alguma coisa está a criar corpo. Da mesma forma, o livro assinado por Hannes Swoboda e David Gow com o sugestivo título "Basta", retirado da interjeição com que Elisa Ferreira interpelou o Comissário Rehn, numa célebre audição parlamentar, aponta para uma rejeição da ideologia castradora da atual direita europeia, substituindo-a por propostas de progresso e solidariedade.

Durante os meses que se aproximam iremos ter inúmeras ocasiões para testar as propostas socialistas de resposta à crise. Eleições na Alemanha, um governo decente na Itália, reformas socialistas em França e quem sabe, uma nova alternativa de Governo em Portugal podem veicular ideias novas, progressistas, libertadoras do jugo da especulação financeira. Regressaremos aos valores europeus da solidariedade e da proteção social, da cultura universal e do permanente progresso científico e inovação.

## Paulo Portas – diplomacia de caixeiro viajante



**Ana Gomes**

A passagem de Paulo Portas pelo MNE fica irrevogavelmente marcada por um episódio de diplomacia rasteira, a desmerecer do zelo caixeiro-viajante que o levou, em dois anos, aos quatro cantos do planeta: bastou um sussurro americano sobre a suspeita da presença de Edward Snowden no avião do Presidente Evo Morales, da Bolívia, para que o Governo português, por decisão do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, revogasse autorização de passagem por espaço aéreo e de paragem em território nacional.

A decisão violou o direito internacional e regras básicas de cooperação entre Estados que mantêm relações diplomáticas, como Portugal e a Bolívia. E ofendeu o Estado e a sensibilidade do povo boliviano, comprometendo a imagem e os interesses do nosso país em toda a América Latina: constitui assim um sério revés relativamente aos esforços de diplomacia económica que o próprio Paulo Portas procurou desenvolver como MNE. E que impressão faz ver a bandeira nacional queimada nas ruas de La Paz: infame condecoração leva Paulo Portas do seu consulado no Largo do Rilvas...

Resta-lhe o fraco consolo de não ter agido desacompanhado de outras diplomacias europeias: o que mostra como anda mesmo pelas ruas da amargura a política no Velho Continente, com governos (incluindo o socialista francês...) disponíveis para se vergar ao mais displicente

assobio dos parceiros norte-americanos, inclusivamente violando o direito internacional. Para mais, sem nada acrescentarem à capacidade de defender os seus interesses – e o interesse europeu – junto dos aliados transatlânticos: rapidamente a Casa Branca se descomprometeu das atitudes tomadas por Lisboa, Paris, Madrid e Viena, dizendo nada ter pedido aos europeus, reconhecendo apenas contactos no sentido de desencorajar a concessão de asilo a Edward Snowden.

Não se dando ao respeito, como podem os Governos europeus esperar ser respeitados? Ainda pairava no ar a fumaça gerada pela revelação de que os EUA espionavam cidadãos e embaixadas da UE e dos Estados Membros em Washington e nas Nações Unidas, e já governos europeus, como o de Passos Coelho e Portas, se precipitavam no indigno afã de servir o império, cooperando para obstruir a fuga de Snowden – precisamente o "whistle-blower" que revelou a espionagem em larga escala de cidadãos e governos europeus por parte de agências de segurança americanas. Um indivíduo que em vez de ser encurralado, devia ver considerado por governos europeus os pedidos de asilo político.

Não foram as autoridades europeias tão diligentes a responder aos pedidos do Parlamento Europeu para que inspecionassem a carga aérea de aviões suspeitos de estarem a ser utilizados pela CIA e outras agências americanas para transportar ilegalmente supostos terroristas para Guantánamo e para as prisões secretas (que viriam a ser admitidas pelo Presidente W. Bush), em

voos que atravessaram o espaço aéreo, tocaram o chão e pernottaram em diversos Estados-Membros da União Europeia, incluindo Portugal. Paulo Portas também estava no Governo, com a pasta da Defesa, quando se iniciou a operação das centenas daqueles voos autorizados a passar em Portugal, sem qualquer controlo ou inspeção.

Duplicidade de critérios, falta de princípios, incoerência, violações grosseiras da lei caracterizam uma diplomacia de meia-tijela, uma anti-diplomacia que subalterniza os interesses nacionais e europeus aos ditames das rivalidades e disfunções internas de uma potência estrangeira, ainda que aliada. Porque boa parte desta azáfama do "big brother" americano tem menos a ver com a defesa dos seus interesses nacionais, do que com a paranoia proliferadora de serviços secretos que o 11 de setembro desencadeou: a pretexto de detectar e combater a ameaça terrorista, há mais de 50.000 americanos empregues por dezenas de agências, como a CIA e a NSA, a rivalizar entre si espionando milhões de americanos, europeus, árabes, chineses, etc... Tanto espiam, com tanta eficiência, que lhes passam pelas barbas dois patifórios como os manos tchetchenos que atacaram a maratona de Boston!

A relação transatlântica tem uma importância estratégica fundamental para a UE em todas as dimensões. Com plena consciência disso, o Grupo Socialista no Parlamento Europeu pediu a suspensão das negociações para um Tratado de Comércio Livre e Investimento entre a UE

e os EUA até que estivesse esclarecido o incidente da espionagem americana a embaixadas e cidadãos europeus. O Parlamento Europeu estabeleceu entretanto uma Comissão para proceder ao inquérito – que abrange também serviços britânicos e franceses e outros europeus que se entreguem a semelhantes práticas de espionagem e violação da privacidade. E a Comissão Europeia está averiguar a eventual suspensão de acordos com os EUA, como os referentes às transferências de dados sobre transações financeiras para combater o terrorismo e as negociações sobre proteção de dados.

Tudo isto pinta um quadro esquizofrénico da forma como Europa e EUA se relacionam. E o pior é que é precisamente em matéria de segurança, defesa e combate ao terrorismo que a relação transatlântica tem de estar assente na confiança e na cooperação leal e responsável, com direitos e deveres de parte a parte. Da lista de deveres não pode fazer parte que os europeus façam trabalho sujo para Washington, violando a lei e os direitos fundamentais dos cidadãos.

Lei e direitos que pouco importam a Paulo Portas, bem sabemos. Que não tem sequer a sabedoria reparadora dos seus homólogos espanhol e francês para apresentar desculpas à Bolívia. E que persiste em justificar a decisão com esfarapadas "razões técnicas", enquanto admite não querer "importar" problemas: "Snowden não é problema do Estado português", disse Paulo Portas na AR. Mas a ofensa à Bolívia e à América Latina é. E Paulo Portas também é.

# A exceção francesa



**Vital Moreira**

1. A França conseguiu impor, isoladamente, a exclusão dos serviços audiovisuais (música, cinema, televisão, etc.) do âmbito das negociações para um acordo comercial entre a União Europeia e os Estados Unidos. À míngua de informação, muitos celebraram esse veto francês como o triunfo da "exceção cultural" europeia. Engano, porém: a salvaguarda da diversidade cultural europeia não precisava nada de tal exclusão. Essa exclusão é antes sintoma de uma mais vasta "exceção francesa" no seio da União Europeia.
2. Sejamos claros. A exclusão dos serviços audiovisuais do âmbito do tratado comercial com os Estados Unidos era perfeitamente desnecessária para defender a diversidade cultural europeia, devidamente protegida pelos Tratados da União e pela legislação europeia. Os Tratados são explícitos quando estabelecem que os tratados comerciais não podem pôr em causa a legislação nem as políticas internas da União, incluindo portanto a proteção dos serviços audiovisuais e da diversidade cultural nacional europeia. Mesmo sem nenhuma exclusão à partida, o tratado comercial nunca poderia pôr em causa a Diretiva sobre os serviços audiovisuais, que

assegura os subsídios públicos à produção cultural nacional e as quotas de difusão e transmissão de produtos nacionais nas estações de rádio e de televisão nacionais, que existem em muitos países europeus, entre os quais a França e Portugal.

Partindo do princípio de que ninguém pode pretender proibir ou restringir a importação de música ou de filmes americanos, ou limitar a liberdade de escolha individual na seleção dos "vídeos on demand" ou nos "downloads" da Internet, a margem de negociação comercial nessa área era sempre muito reduzida, num sentido ou noutro. Se a "discriminação positiva" europeia existente estava sempre fora de causa, igualmente o está qualquer "discriminação negativa" contra a importação de serviços audiovisuais dos Estados Unidos.

Por conseguinte, sendo essencialmente desnecessária, a exclusão francesa só tem por efeito irritar a parte norte-americana e suscitar a sua retaliação comercial, através da exclusão de algum tema que seja do interesse especial da União Europeia (e em particular da França...). Ou seja, o único resultado da chamada exceção cultural é o enfraquecimento da posição negocial da União face aos Estados Unidos. Não há nenhuma razão para estarmos agradecidos à França.

3. Porquê então o capricho francês na imposição unilateral e isolada dessa exclusão?

Há duas razões para a exceção francesa: uma razão "cultural" e uma razão económica.

Por um lado, a França continua a conviver mal com a globalização e com a liberalização das trocas comerciais, sendo um país onde predominam ainda as ideias "soberanistas" e protecionistas que consideram a globalização um flagelo que é preciso contrariar. A "globalização neoliberal" é um espantinho com um surpreendente sucesso nas hostes da esquerda francesa (e não somente da esquerda radical), sem se precisar que se a globalização é inevitável, como é efetivamente, a tarefa da esquerda responsável consiste em domesticar e regular a globalização selvagem. É para isso que servem os tratados comerciais.

Por outro lado, a França também convive mal com a liberalização das trocas comerciais com os Estados Unidos (mas não só) por temer ser lesada na competição acrescida que o mercado transatlântico terá para a economia francesa, claramente confrontada com a perda de dinamismo e de competitividade, como mostra o agravamento contínuo do défice da balança comercial. Se a isso acrescentarmos a estagnação económica e dificuldades orçamentais, sem esquecer o sobrepeso do Estado e da despesa pública na economia, a França está colocada perante desafios para os quais está mal

apetrechada. Não é por acaso que, de acordo com alguns estudos, a França não se conta entre os países que mais beneficia da criação de um mercado transatlântico com os Estados Unidos.

Ora, como sabemos, quando os governos enfrentam dificuldades internas complicadas, nada melhor do que inventar um "inimigo externo" que congregue as hostes nacionais.

4. A "exceção francesa" esconde mal um preocupante desenvolvimento dentro da União Europeia, entre o assertivo dinamismo alemão e a perda de velocidade francesa, que salta aos olhos nos últimos anos. Ora, toda a construção europeia se baseou no "tandem" entre a França e a Alemanha, que só é sustentável com manutenção de um relativo equilíbrio de poder económico e estratégico entre Paris e Berlim. O aprofundamento de um fosso no desempenho económico entre os dois países – basta referir o caso da indústria automóvel! – corre o risco de alimentar a criação de uma hegemonia alemã na União, que pode criar graves dificuldades políticas à União Europeia. A União precisa de uma França competitiva, dinâmica, capaz de se bater com a Alemanha no campo económico e no comércio internacional e sem necessidade de se entrincheirar na defesa de uma suposta "exceção cultural francesa", que aliás não está em causa.

## O contributo das cooperativas para ultrapassar a crise



**Luís Paulo Alves**

O Dia Internacional das Cooperativas comemorou-se a 5 de julho.

A este simbolismo associou-se a aprovação pelo Parlamento Europeu (PE) de um relatório sobre o contributo das cooperativas para a ultrapassagem da crise. Para se perceber a sua importância e dimensão na Europa, existem 160 000 empresas cooperativas detidas por 123 milhões de membros, que empregam 5,4 milhões de pessoas (muitas deficientes ou desfavorecidas, em cooperativas sociais) e contribuem, em média, para cerca de 5 % do PIB dos Estados-Membros.

Este papel fundamental das cooperativas e outras empresas da economia social em Portugal e na economia europeia levou-me a defender no hemisfério em Estrasburgo que a sua expansão seria benéfica, podendo dar um contributo importante na ultrapassagem das dificuldades que estamos a atravessar. Permito-me defender esta ideia com a convicção de quem, fruto da experiência profissional, pode testemunhar, as virtudes do seu modelo funcional. Saliento sobretudo a adequação e o potencial que o modelo cooperativo demonstra para gerar respostas sustentáveis que muito precisamos nos domínios económicos,

sociais e ambientais, tão duramente atingidos. A abordagem cooperativa é hoje uma eficaz forma de fazer negócios, que funciona, quer numa pequena, quer numa grande escala, cobrindo um largo espectro de atividades, sendo capaz de criar valor, para os seus membros, para os consumidores e para a sociedade.

Por isso, entendo que foi bastante feliz a opção de colocar na agenda europeia este assunto, especialmente dada a extraordinária capacidade de desempenho que a maior parte do setor cooperativo demonstra, neste tempo de crise que atravessamos. As cooperativas têm sido mais resilientes, tanto em termos de taxas de emprego, como de encerramento de empresas. De facto, são inúmeros os exemplos de boas práticas que são possíveis de encontrar, nos diferentes Estados-Membros que permitiram que as empresas cooperativas obtivessem excelentes resultados em termos de crescimento, emprego, taxas de sobrevivência e criação de empresas.

Destaco sobretudo que essa maior resistência demonstrada pelas empresas cooperativas, inclusivamente pelas financeiras, resulta do seu modelo de empresas de pessoas, que colocam em primeiro lugar os interesses de todos dos seus membros (otimizando os resultados para todos, sem procurar maximizar os benefícios só de alguns), fazendo

da sua participação (com influência real na empresa) e da sua segurança a médio e longo prazo, princípios inalienáveis. É um modelo claramente oposto aos que se concentram na busca de lucros elevados a curto prazo para servir os interesses de uns poucos que nos conduziram a esta crise. As cooperativas não se deslocalizam. A sua força e a sua importância derivam do seu forte enraizamento local, do nível de respostas de proximidade que conseguem, adaptadas ao meio onde estão inseridas e que constituem a sua verdadeira razão de ser, bem como o motivo principal do seu sucesso.

Deve por isso prestar-se a devida atenção às cooperativas na definição de todas as políticas relevantes da União Europeia (UE), destinadas a contribuir para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, como impõe a Estratégia 2020 da UE. Neste sentido é importante garantirmos quadros legais que permitam o seu crescimento, adequando sempre o quadro normativo da União, tendo em conta o seu papel e o seu elevado potencial. Desde logo, por exemplo, criando um quadro facilitador da possibilidade de transformar em cooperativas as empresas em reestruturação nos setores da indústria e dos serviços, em crise. A verdade é que a transmissão de uma empresa para os trabalhadores através da criação de uma cooperativa, pode ser a

melhor forma de garantir a sua continuidade. Neste sentido, é importante que a Comissão identifique instrumentos financeiros ou amplie os existentes para incentivar esta prática, em particular incidindo sobre as PMEs.

A Comissão Europeia assumiu a tarefa de criar um Grupo de Trabalho sobre cooperativas, organizado pelo Vice-Presidente António Tajani, cujo trabalho começou a 10 de julho. Pretende-se que o grupo reúna um conjunto de soluções inovadoras para os problemas mais urgentes que as cooperativas enfrentam, que poderão ser apoiados por ações concretas da União Europeia.

O objetivo deste grupo é o de melhorar as necessidades específicas destas organizações, no domínio do seu quadro normativo e de negócios, dos instrumentos financeiros, da promoção de o modelo cooperativo entre jovens, da criação de negócios, da internacionalização, da transferência de negócios no âmbito de empresas em dificuldades, entre outros. Este é um trabalho fundamental no atual contexto recessivo, de desemprego, insolvências e falências, que deve resultar num impulso prático e ambicioso, para que o modelo cooperativo sirva os que procuram emprego e todos que tentam garantir a continuidade das suas empresas, para que encontrem nele uma valiosa forma de se organizarem e de financiarem a sua atividade.